



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. MAX LEMOS)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Assédio Eleitoral nas Relações de Trabalho no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Trabalho, com o objetivo de debater o assédio eleitoral nas relações de trabalho no Brasil.

Para tanto, sugere-se o convite as seguintes expositores:

1. Representante do Ministério Público do Trabalho
2. Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe)
3. Justiça do Trabalho
4. Centrais Sindicais
5. Conselho Federal da OAB
6. Gnace (Grupo Nacional de Procuradores Eleitorais)

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo a realização de Audiência Pública destinada a debater o fenômeno do assédio eleitoral nas relações de trabalho no Brasil.



Nos últimos ciclos eleitorais, o tema tem ganhado crescente relevância no debate público e institucional. Órgãos de controle e instituições responsáveis pela defesa dos direitos fundamentais e da regularidade do processo democrático têm registrado aumento no número de denúncias relacionadas a práticas de assédio eleitoral, especialmente no contexto das relações de trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que tem intensificado ações de fiscalização, campanhas de conscientização e canais de recebimento de denúncias voltados ao enfrentamento dessa prática, destacando a importância da proteção à liberdade de convicção política e ao livre exercício do voto. A atuação institucional do órgão evidencia a necessidade de aprofundar o debate público sobre o tema, bem como de fortalecer instrumentos de prevenção e responsabilização.

O assédio eleitoral representa grave ameaça à liberdade política e à integridade do processo democrático, uma vez que pode comprometer a autonomia dos cidadãos na formação de suas convicções e no exercício do sufrágio. Trata-se, portanto, de questão que transcende o âmbito das relações de trabalho e alcança diretamente os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

A realização da Audiência Pública permitirá reunir representantes de órgãos de controle, especialistas, entidades da sociedade civil e instituições públicas, com o objetivo de ampliar o diálogo institucional sobre o tema, avaliar os desafios atualmente enfrentados e identificar medidas que contribuam para a prevenção e o enfrentamento do assédio eleitoral nas relações de trabalho no País.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.



Deputado MAX LEMOS





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265761858300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Max Lemos



* CD 265761858300 *

Apresentação: 24/04/2026 13:00:29.553 - CTRAB

REQ n.36/2026